

POSIÇÕES

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

TEXTO 1

A REALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL URBANO DO SÉCULO XXI:

Notas-Testemunho

Guilherme Ribeiro *

Resumo: Apontar alguns elementos conjunturais presentes nas manifestações urbanas de junho de 2013 no Brasil. Para além de acontecimentos episódicos, eles revelam profundas contradições políticas e econômicas características do Brasil, com destaque para o abismo entre o Estado e a sociedade.

Palavras-chave: Brasil; manifestações urbanas; política; Estado; sociedade.

Para aqueles que refletem sobre a vida social tendo a escala *mundo* como referência, as manifestações populares e em rede ocorridas nas principais capitais brasileiras nos meses de junho e julho de 2013 não deixam de ter certo parentesco com a Primavera Árabe. A despeito de origens e motivações distintas, em ambos os casos emerge o sentimento que o poder constituído age na direção radicalmente oposta às demandas da população. Nos dois exemplos, a internet atuou como *meio* capaz de potencializar mobilizações que gritavam em busca da construção de uma outra democracia e de outras representações sociais. Desgastados junto às massas, os partidos políticos simplesmente não têm o que dizer em um momento como esse. Pudera! Há tempos suas agendas são preenchidas exclusivamente por projetos casuísticos de poder.

No caso brasileiro, o empenho do governo federal junto à reforma dos estádios para a realização da Copa das Confederações e a subsequente Copa do Mundo, bem como a inoperância dos governos estaduais diante do aumento das passagens, foram interpretados como as duas faces de uma mesma moeda. Mais uma vez, o público parece sucumbir diante do privado. Não há muito o que fazer, diz-se. No entanto, para surpresa daqueles que insistem em decretar o fim da história, a sociedade brasileira

* Professor Adjunto II do Departamento de Geociências da UFRRJ. Coordenador do Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ). Texto escrito com auxílio da FAPERJ e da Fundação de Apoio à Pesquisa da UFRRJ.

reage e expõe para o mundo as vísceras de um país cansado de tanta desigualdade e desmando.

Nos anos noventa, foi a vez do Movimento dos Sem Terra reclamar dignidade e igualdade. A cidade, passiva, muitas vezes, o ignorava. Agora, é a própria cidade, é a urbe brasileira, que levanta a voz contra o poder constituído. Como poderia ser diferente? Abandonados em cortiços, favelas, periferias e sujeitos ao caos do transporte dito público, seus habitantes recusam, quase que de forma arquetípica, exatamente àquilo a que sempre prestaram culto: o futebol! Melhor dizendo, rejeitam os novos estádios, cuja opulência doeu na vista dos cidadãos de um país onde universidades, hospitais, estradas, bibliotecas e escolas caem aos pedaços sem a menor cerimônia.

Quarenta e cinco anos depois dos acontecimentos de 1968, a cidade retoma sua condição de palco privilegiado da ação política. Ela volta a ser protagonista. Suas mensagens são transparentes até mesmo para aqueles que nada querem ver: oposição a planos urbanos meramente estéticos; ampliação da esfera pública; negação ao mercado voraz; polifonia dos meios de comunicação; lisura nos gastos governamentais. No fundo, o assalto maior diz respeito ao direito de ir e vir, ao direito amplo e irrestrito de habitar e de viver a cidade — e, logo, de fazer valer a cidadania. O Brasil do século XXI não quer abrir mão disso.

A bem da verdade, a esquerda brasileira não está entendendo nada — o que é absolutamente normal, pois, desde a queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética, o horizonte do pensamento de esquerda mergulhou em profunda crise. Suas ferramentas analíticas tradicionais fazem pouco sentido. Com efeito, o que está em jogo é uma profunda *crise de representação*. Advém daí o caráter multifacetado das

**“trata-se de uma forma
direta de participar da
política sem a mediação dos
partidos. Isto não significa
que estes não possuem mais
lugar no século XXI, mas tão
somente que eles precisam
se renovar. Na literatura
acadêmica, é assaz
conhecido o fosso criado
entre partidos que chegaram
ao poder e suas bases
sociais”**

reprovações populares. Será inútil buscar líderes, agendas, vanguardas: quem ocupou as ruas foi o *povo*, sem adjetivos.

Na manifestação do dia vinte de junho de 2013, ocorrida no Centro do Rio de Janeiro — que, certamente, já entrou para a história dos movimentos sociais no país —, bandeiras partidárias foram veementemente rechaçadas. Todavia, a crítica aos partidos difundida Brasil afora, que tanto assustou a alguns, em nenhuma hipótese possui ligação com o fascismo ou com a ditadura militar! Muito pelo contrário, foi muito interessante observar que, mesmo para as gerações que não viveram os anos de chumbo, a *memória* deste período encontra-se viva e em permanente alerta! A crítica popular volta-se contra a corrupção, o desvio de dinheiro público, os altos salários, as benesses, os acordos espúrios, a politicagem, o privilégio quase senhorial conferido aos deputados e senadores.

Portanto, a contestação aos partidos não é, de forma alguma, um rechaço à democracia. Ela é, sim, um apelo à edificação de uma democracia participativa, aberta, transparente, para além do modelo meramente delegativo ora vigente. A decepção não é com a democracia, mas com a política tal como esta tem sido praticada no Brasil: como um grande negócio para poucas pessoas.

Tratou-se de um movimento composto majoritariamente pela “classe média”? É provável que sim, mas, a despeito de tema tão controverso, poucos questionariam o fato de que os manifestantes eram pessoas *suficientemente informadas* sobre os recentes acontecimentos no Brasil e no mundo. Aqui, o papel da internet e das redes sociais é nuclear. Os jovens que decidiram “sair do Facebook” (assim diziam os cartazes empunhados por eles mesmos) e provar a sensação de fazer política ao lado de milhares de pessoas conhecem minimamente a Primavera Árabe, o *Occupy Movement* de Nova Iorque e mesmo iniciativas ocorridas há alguns anos como o Fórum Social Mundial.

Eles acompanharam e acompanham tais eventos *on line* e, à sua maneira, posicionam-se a respeito nas redes sociais. Eles sabem, inclusive, que, muitas vezes, a internet pode ser extremamente “alienante”! Nesse sentido, a internet também assume posição de relevo quando possibilita o surgimento de visões distintas das reproduzidas

pelas grandes corporações de comunicação. São blogs, boletins, vídeos, *ebooks* e afins que transmitem uma visão mais eloquente da vida cotidiana.

Esta é uma dinâmica que parece não ter volta, pois trata-se de uma forma *direta* de participar da política *sem a mediação dos partidos*. Isto não significa que estes não possuem mais lugar no século XXI, mas tão somente que eles precisam se renovar. Na literatura acadêmica, é assaz conhecido o fosso criado entre partidos que chegaram ao poder e suas bases sociais. As manifestações em tela expressam um pouco tal conjuntura. Afinal, quantos ali não estavam insatisfeitos com o PSDB e, sobretudo, com o PT, que tanto encarnou a esperança de milhões de brasileiros nos últimos vinte anos? Nessa senda, onde estarão os debates sobre a natureza da social-democracia em solo tropical, bem como a defesa de uma série de ideais que, originalmente, pretendia representar os trabalhadores brasileiros?

Nas últimas duas décadas, os acordos políticos empreendidos por tais partidos “em nome da governabilidade”, o envolvimento vexaminoso de parlamentares com o que há de mais escuso e a nítida sensação de que, no Brasil, a política tornou-se o caminho mais curto para o enriquecimento ilícito, minaram as bases de nossa jovem democracia. Nossas instituições são frágeis. A República, incipiente. Não por acaso, o pacto federativo aqui constituído é incapaz de alcançar um patamar verdadeiramente nacional.

Em uma reflexão premonitória composta no ano de 1963, Hannah Arendt (1906-1975) resumiu com brilhantismo a questão:

Seja como for, nem o povo em geral nem os cientistas políticos em particular deixam muitas dúvidas de que os partidos, devido a seu monopólio das indicações, não podem ser vistos como órgãos populares, sendo, muito pelo contrário, instrumentos muito eficientes para restringir e controlar o poder do povo. É fato que o governo representativo se tornou um governo oligárquico, mas não no sentido clássico de um governo de poucos para poucos; o que hoje chamamos de democracia é uma forma de governo em que poucos governam no interesse, pelo menos supostamente, da maioria. Esse governo é democrático no sentido em que o bem-estar popular e a felicidade privada são seus objetivos principais; mas pode ser chamado de oligárquico no sentido em que a felicidade pública e a liberdade pública voltaram a ser privilégios de uma minoria (ARENDETT, 2013: 337 [1963]).

Em uma cidade cuja polícia faz da violência seu uniforme cotidiano, ir às ruas foi um ato de coragem digno de aplausos. No instante em que escrevemos, o movimento

parece ter tomado outro rumo, mas, naquele mês de junho, o país deu seu grito de *basta*. A distância entre o Estado e a sociedade é enorme, e o povo brasileiro decidiu mostrar todo seu descontentamento. Foi uma marcha em defesa da *esfera pública* em sentido amplo, o que inclui saúde, educação, habitação, saneamento, segurança, transportes. Tratou-se de externar o desejo de *ampliação* e de *renovação* da democracia, o que significa, evidentemente, ouvir a população, reconhecê-la como *raison d'être* do Estado e de toda a estrutura que o constitui.

A sociedade deu uma lição ao Estado brasileiro e a todos os seus partidos de faz-de-conta, encastelados sob o manto de uma institucionalidade elitista, egoísta e surda às vozes dos cidadãos. Não por acaso, no Brasil de nossos dias, multiplicam-se as ações na Justiça e, de modo geral, todos os olhos estão voltados para o Superior Tribunal Federal. Estes são sinais de *participação*. Em um mundo cada vez mais “interativo”, a democracia não pode ser cristalizada apenas no período eleitoral.

Gostaríamos de encerrar estas breves linhas retomando algumas palavras do ano de 2010, quando apontávamos que

A cidade não é algo físico, nem tampouco um conjunto de serviços não encontrados em outros lugares. Ela é, antes de tudo, uma *experiência* — a *experiência do urbano*, a vida que ela anima e as pessoas que ela atrai. Nesse sentido, cidade é cultura: modo de fazer alguma coisa. (...) O humano não pode ser um resquício, uma sobra, um refugio. Do contrário, a situação é uma só: a cidade é uma bomba-relógio prestes a explodir a qualquer momento. Quando será? (RIBEIRO, 2010: 8-9).

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras (2013 [1963]).

RIBEIRO, Guilherme. Cidade, representação e capitalismo no Brasil. In: *Anais do II Seminário Nacional Espaço e Economia : Políticas Territoriais, Intervenção do Estado e Práticas Sociais na Reestruturação do Espaço*. São Gonçalo, UERJ-FFP (2011).

TEXTO 2

O MUNDO COMO IMAGEM E MOBILIZAÇÃO

Notas às “Primeiras Impressões” sobre as Manifestações

Maurilio Lima Botelho*

Resumo: Criticando as primeiras interpretações divulgadas durante e logo após as Manifestações de Junho de 2013, o texto procura discutir lugares-comuns e preconceitos que acabaram tentando determinar o rumo posterior dos protestos, “capturando” o seu sentido histórico e político.

Palavras-chave: manifestações urbanas; crise do Estado; violência policial.

Muito foi escrito sobre as manifestações que ocorreram nos últimos meses no Brasil. Escrevendo subitamente e sempre pressupondo a possibilidade de equívocos devido ao “calor da hora”, os comentaristas chegaram a alguns pontos comuns que foram transformados em interpretação corrente e tacitamente aceita. Diante de um processo que é muito complicado para ser resumido em poucas linhas, meus comentários a seguir não têm por objetivo entender o que está acontecendo ou apreender a natureza do evento. Preferi partir de alguns lugares-comuns e criticá-los para tentar devolver a complexidade ao processo e assim tentar trilhar futuramente uma leitura mais profunda. Muitas questões que seriam importantes comentar ou criticar ficaram de fora, isso se deve tanto ao foco desse texto quanto ao caráter ainda pouco amadurecido das reflexões.

“Protestos nas ruas não são feitos ‘pelos mais pobres’, diz ministro”. (O Globo, 27/06/2013).

A avaliação mais comum, divulgada tanto nos dias iniciais quanto nas primeiras interpretações teóricas das “jornadas” de junho e julho, é a de que foram protestos de classe média e com pauta de classe média.

* Professor Adjunto do curso de Geografia/UFRRJ.

Essa interpretação causou celeumas e obrigou tradicionais comentaristas da TV a se retratarem diante de seu desprezo pelos protestos. Também pude presenciar uma discussão em um transporte público, a caminho de uma das manifestações, em que um militante de partido proferiu um comentário cáustico sobre a “classe média branca e que se veste de branco” nas manifestações (o que causou discórdia com um grupo vestido assim, no mesmo coletivo, e que se encaminhava para o protesto).

O problema dessa interpretação é que, ao exagerar, revela os pavores presentes em diversos modos de se encarar os protestos. A interpretação social traz sempre as marcas do grupo que a pronuncia. Assim, a “leitura” de que as manifestações foram de classe média tornou-se quase unânime, mas estava sempre pautada por uma perspectiva de identificação ou de rejeição, dependendo de quem proferia. Os medos diante dos rumos que os protestos poderiam tomar acabaram sendo projetados nas avaliações, construindo um discurso e, como todo discurso, uma tentativa de orientação do próprio movimento.

Grupos conservadores filtraram a manifestação como sendo inteiramente “contra a corrupção”, pois a classe média “é justamente esse grupo que mais paga impostos no País e que recebe muito pouco em contrapartida”.¹ Análises “mais à esquerda” viam nesse o caráter um perigo de mobilização das forças conservadores e clamavam para que os progressistas fossem “libertar a rua do sequestro conservador”.²

O problema é que essa leitura também é simplificadora. As manifestações tiveram características diferentes de acordo com a cidade, o local da cidade em que se realizavam e mesmo o período em que brotaram. Num primeiro momento, puxado pelo Movimento Passe Livre (MPL), os protestos em São Paulo, Porto Alegre e, em parte, no Rio, tiveram mais ou menos as mesmas características daqueles realizados em anos anteriores, isto é, estudantes secundaristas e universitários mais politizados, grupos e partidos de esquerda. Conforme a mídia destacava a repressão policial e, em virtude da Copa das Confederações, os protestos ganhavam mais adeptos, um caráter predominante de classe média ficou mais evidente (principalmente na semana de 16 a 22/06). Nas semanas seguintes, contudo, movimentos sociais de sem-terras, sem-tetos

¹ <http://www.ibpt.com.br/noticia/1034/A-classe-media-revoltada>.

² http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=6&post_id=1278.

e pequenos agricultores ganharam às ruas das periferias e cidades do interior. Uma grande manifestação de moradores da Rocinha, no dia 25/06, caminhou até a casa do governador Sérgio Cabral, assim como outras favelas também realizaram atos nos dias posteriores. No dia 22/06, antes mesmo de arrefecer o ímpeto dos protestos, a imprensa já registrava mobilizações em 438 cidades do país e 2 milhões de participantes.³ Não é possível, portanto, reduzir tudo à classe média, mesmo que se faça uso dessa categoria obscura de “nova classe média”.

Também as faixas, reivindicações e palavras de ordem não são imediatamente “de classe média”. Melhoria da escola pública, hospitais públicos e crítica dos gastos com a Copa não parecem típicos “de classe média”, pois esta, apesar de todo o arrocho de duas décadas de política neoliberal, continua sendo adepta das escolas particulares, dos planos de saúde e é o principal nicho de mercado das arenas que serão reinauguradas depois do afrescuramento bilionário do “padrão FIFA”.

O fato é que, longe de serem *apenas* de classe média, as manifestações foram uma *síntese da complexidade social brasileira*. Nas manifestações do Centro do Rio, pude verificar grupos de esquerda organizados, estudantes secundaristas uniformizados, meninas de classe média com máquinas fotográficas de última geração penduradas no pescoço, neonazistas procurando briga, anarquistas tentando despejar seu ódio contra os símbolos do poder e moradores dos morros da área central da cidade (ocupadas pelas UPPs). Também estavam presentes professores e funcionários de universidades, drogados fazendo arrastão, grupos LGBT protestando contra Marcos Feliciano, grupos evangélicos contra o aborto, camelôs saindo do trabalho e participando do ato, lutadores de jiu-jitsu hostilizando grupos homossexuais, sem contar um grande conjunto de jovens com a camisa canarinho, portando bandeiras do Brasil compradas no Saara e que se comportavam como se estivessem na saída de um jogo da seleção. *A complexidade social brasileira saiu às ruas...* ou – como essa complexidade sempre esteve aí –, agora podia fazer uso das vias de tráfego, já que o trânsito foi interrompido...

³ Manifestantes fizeram atos em 438 municípios brasileiros, *O Globo*, 22 de junho de 2013.

“É impensável mobilizar milhares de pessoas sem o Facebook”. (Lucas Brito, estudante, revista *Época*, 08/07/2013).

É de se supor que a sociedade já existia antes do *Facebook*. As manifestações também foram inventadas antes das redes sociais. Não apenas milhares, mas milhões de pessoas foram às ruas em diversas ocasiões no Brasil (e outros países do mundo) antes da existência da Internet. Sem dúvida, com a internet tornou-se mais fácil mobilizar rapidamente muitas pessoas, mas essa mesma facilidade cria limites à mobilização: quando a convocação aos protestos e o apelo às ruas era patrocinado por volantes

“Os jovens manifestantes, muitos deles que participaram dos protestos como se estivessem num *flash mob*, estavam lá pra produzir uma imagem de si mesmos nos protestos. A multiplicação de cartazes, nunca antes vista na história desse país, revela bem a cultura pop-eletrônica levada às últimas consequências”

estudantis, jornais sindicais e boca-a-boca em frente às fábricas, universidades e estações de trem, a tendência era a identificação maior entre os manifestantes e os alvos eram mais claros. A multiplicação em rede da convocação das manifestações é um potencial sem dúvida inédito, mas a sua desmobilização é tão instantânea quanto a sua organização. Não é por acaso que, passadas as semanas iniciais onde o “facebook saiu às ruas”, foram os movimentos sociais que dinamizaram as manifestações: MST, MTST e MPA, entre outros, fizeram centenas de

atos em diversas periferias e cidades do interior, principalmente a partir da última semana de junho. Logo a imprensa pôs a trabalhar sua máquina de mistificação para diferenciar essas mobilizações daquelas que eram “espontâneas” e “apartidárias”, querendo com isso marcar uma pretensa pureza e desinteresse de pressupostos ideológicos.

Outro aspecto dessa mobilização virtual é também a facilidade de controle e identificação: pouco discutido pela imprensa nacional, foi divulgado pelo jornal espanhol *El País* que agentes secretos brasileiros estavam buscando e seguindo as fontes das convocações virtuais em todas as redes sociais.⁴ O elogio às novas

⁴ http://internacional.elpais.com/internacional/2013/06/20/actualidad/1371752867_919753.html.

tecnologias ignora essa facilidade de rastreamento que foi potencializada também nas ruas: o “caveirão aéreo” voava baixo durante a grande manifestação do dia 20/06, filmando com suas câmeras noturnas, enquanto o recém-inaugurado Sistema Integrado de Comando e Controle para Segurança dos Grandes Eventos podia filmar e identificar, a quilômetros de distância, pessoas suspeitas nas cidades-sede da Copa do Mundo.

Envernizado pelo discurso *pop* de Manuel Castells, a “novidade” de todo o processo em curso estaria no ativismo sustentado pelas redes sociais. Ora, o papel significativo das redes sociais – que não é possível ignorar –, revela também a dimensão espetacularizada de uma sociedade onde a mercadoria criou uma película que nos afasta das coisas e do mundo enquanto tal. A realidade é convertida em imagem de si mesma, por isso a frase reproduzida em milhares de cartazes e de diversas maneiras, afirmando que “saímos do computador para ir às ruas”, revela na verdade que o computador é que saiu às ruas.

Tomando o trem da Central do Brasil, 10 horas da noite de segunda e quinta, dias 17 e 20/06 (maiores manifestações no Rio), foi possível ver quase a metade dos passageiros, ao sentarem nos bancos do vagão, sacando seus celulares e produzindo suas próprias impressões da participação nas manifestações ou então postando suas fotos dos atos. Mais ainda: durante um protesto em São Paulo, em frente ao prédio da Prefeitura, um carro de TV é incendiado e, pelas imagens, é possível ver quase a metade de todos os *participantes* filmando e fotografando a própria *ação*. Ou seja, a demarcação entre *ação* e *representação*, ou *produção* e *reprodução* daquele processo foi suprimida. As câmeras fotográficas e filmadoras, muitas delas com recursos de compartilhamento instantâneo, os *tablets* e os *smartphones*, sucedâneos dos computadores, estão nas ruas para reproduzir tudo que ocorre. Os jovens manifestantes, muitos deles que participaram dos protestos como se estivessem num *flash mob*, estavam lá pra *produzir* uma *imagem* de si mesmos nos protestos. A multiplicação de cartazes, nunca antes vista na história desse país, revela bem a cultura *pop*-eletrônica levada às últimas consequências: tal como *post-its* ambulantes, quase todos tinham um cartaz à mão, mesmo que apenas para chegar no ato, tirar

uma foto, compartilhar no *face* e depois jogá-lo na chão – em vários momentos caminhamos não sobre o asfalto, mas sobre um tapete de cartazes. O resultado de todo esse emaranhado de mensagens era uma surdez generalizada: todos tinham algo a dizer, mas poucos estavam lá para ouvir.

Sem dúvida isso esteve presente nos atos mais nitidamente ligados à classe média jovem, mas é revelador que, num mundo que se afastou numa representação, todos precisem *replicar a realidade* para comprovar posteriormente que estavam lá *realmente*. Uma das melhores comprovações desse aspecto das mobilizações foi ouvir de uma pessoa de extrema ignorância histórica que era importante ir aos protestos porque depois, “quando ficar para a história, vamos poder dizer que participamos”.

A faixa que abria a grande manifestação no Rio de Janeiro de segunda-feira, dia 17/06, revela assim a consciência invertida de uma realidade onde objeto e representação estão, por sua vez, *realmente* invertidos: não é verdade que “*somos a rede social*”, a verdadeira rede social é composta pelos terminais de internet, pelos telefones, *tablets* e mesmo pelas TVs e geladeiras que agora estão *on-line* – são esses objetos que se comunicam *diretamente* na manutenção da sociedade da mercadoria. *Nós apenas os consumimos*. Enquanto as coisas estão entrelaçadas e socializadas, os indivíduos estão cada vez mais isolados e sociais, numa atualização da velha inversão entre sujeito e objeto que é marca da sociedade da mercadoria.

“A revista inglesa “The Economist” ressalta um aspecto que difere as manifestações ocorridas no Brasil das de outros países. A juventude que foi para a rua aqui tem emprego.” (Ancelmo Gois, *O Globo*, 22/06/2013).

Uma das grandes ilusões construídas em 10 anos de Partidos dos Trabalhadores no poder é que vivemos uma “era de pleno emprego”. Por todos os lados isso é repetido à exaustão, mesmo entre críticos do governo, seja pela esquerda, seja pela imprensa de direita. Sem dúvida, a situação é melhor do que durante os anos em que FHC e seus economistas estavam no poder, mas está longe de ser o resultado de um “desenvolvimento econômico sustentável” ou “espetáculo do crescimento”. O índice de desemprego do DIEESE continua sendo quase o dobro do índice do IBGE (11,2 e 5,7

% para maio de 2013, respectivamente). Isso significa que apenas uma mudança de metodologia faz o Brasil saltar de uma posição confortável entre os países com menor desemprego para os de maior taxa.

Contudo, esses índices ainda são limitados, pois eles não envolvem uma série de outras situações da população economicamente ativa (que o IBGE felizmente mede) e que poderiam, numa definição mais precisa, configurar *desemprego*. O Brasil hoje apresentaria, numa metodologia minimamente séria, algo superior a 20 % de desempregados (mesmo considerando subemprego como emprego, portanto, não computando a grande massa de informais e subempregados que compõem a força de trabalho nacional).

Não há espaço aqui para discutir com mais detalhes a escolha metodológica ou as opções categoriais presente na definição oficial de desemprego no Brasil. Vale apenas ressaltar que, para além da questão estatística, as diversas formas de política compensatória reduzem a pressão sobre o mercado de trabalho: para o IBGE, quem não está procurando emprego não é desempregado. Outras políticas arrefeceram o mercado de trabalho conforme estendem no tempo a formação do trabalhador – impacto que será sentido nos próximos anos. Assim, os jovens entre 18 e 24 anos que cursavam o ensino superior saltaram de 15 % em 2002 para 29,9 % em 2011, resultado do efeito conjugado de Reuni e Prouni. Isso explica muito sobre o caráter e a faixa etária dos presentes nas manifestações e permite incluir muitas das reivindicações (“Saúde e educação padrão FIFA”, “Professor vale mais que Neymar” e “10 % do PIB para Educação”) no mesmo ciclo de greves que irromperam em 2012, que mobilizou o maior conjunto de universidades federais em vários anos.

E devemos destacar que o desemprego é mais elevado no Brasil exatamente entre os mais jovens: na faixa etária citada, o desemprego é três vezes maior do que entre os mais velhos. Embora não estejamos na situação catastrófica da Espanha, onde metade dos jovens que ingressaram na PEA está desempregada, se o índice oficial brasileiro é

de 12,4 %, é de se esperar que pelo menos um quarto dos jovens brasileiros estejam realmente sem emprego.⁵

Deste modo, o discurso oficial do governo, reproduzido irrefletidamente na mídia e que aponta uma população mais exigente porque suas condições básicas estão satisfeitas, não passa de uma estratégia potemkiniana.⁶ Pálidas frente aos cartazes bem-humorados, as cartolinas reclamando “mais emprego” podiam ser vistas nas manifestações, embora as mais comuns fossem por “melhores condições de trabalho”.

"Partido é a ideia da diferença para se expressar. O contrário de partido é o totalitário". (Marcelo Freixo, *O Globo*, 23 de junho de 2013).

A melhor demonstração de que vivemos numa “sociedade unidimensional” (Marcuse) é que mesmo as figuras públicas mais inteligentes repetem sentenças legitimando as estruturas sociais que são, no fundo, a origem de todos os conflitos sociais.

A pobreza de reflexão sobre os fundamentos da sociedade burguesa levaram ao “democratismo” vazio e ignorante, que, ao contrário de se transformar na defesa e garantia de diferença, são na verdade a naturalização da identidade forçada e a manutenção da diversidade apenas sob a forma de conflagração generalizada.

Discursos ideológicos não são necessariamente falsos em sua semântica – é a sua “sintaxe social” que lhe dá a forma ideológica. Isto é, a forma como os significados são operados e a legitimidade social que buscam alcançar denunciam suas intenções mais profundas. Desse modo, a análise repetida à exaustão de que “vivemos uma crise da política representativa” não é imediatamente falsa. Isso fica ainda mais claro quando o mesmo comentarista político tenta, no minuto seguinte, “orientar” a política oficial

⁵ Pesquisas variadas têm apontado que é muito grande o número de jovens que configuram a chamada “geração nem-nem-nem”, ou seja, indivíduos que “nem estudam, nem trabalham e nem procuram emprego”. Uma parte significativa desses jovens são moradores de favelas. Os números variam entre 1,5 milhão e 5,3 milhões, dependendo do levantamento. Ver quanto a isso: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-geracao-nem-nem-,935944,0.htm> e <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522604-os-que-nem-trabalham-nem-estudam>.

⁶ Para um governo que manipula dados sobre a miséria no Brasil, não é de estranhar a realização de discursos cor-de-rosa sobre índices cujas origens e metodologias são ignoradas. Veja sobre isso: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1281132-indicador-defasado-esconde-22-milhoes-de-miseraveis-do-pais.shtml>.

contra a “degeneração” numa “democracia direta” do tipo chavista ou castrista (vejam os artigos de Merval Pereira depois do anúncio do plebiscito por parte do governo).

Desde a década de 1970, diversos teóricos discutem a “crise de legitimação do Estado capitalista”, cujo aspecto mais superficial é o problema da “governabilidade” e da “crise da representação política”. A “desilusão política”, o “apartidarismo” e a abstenção eleitoral maciça (visível nas últimas eleições) são barômetros dessa crise de representação. Partidos de esquerda e de direita, partidos de trabalhadores ou de empresários, partidos comunistas ou evangélicos se sucedem no poder sem que as principais linhas políticas sejam modificadas. Isso leva ao desgaste da “representação política”, que não representa mais ninguém, pois a autonomia do representante frente ao representado é tal que o cordão umbilical dos vínculos classistas, setoriais, profissionais etc., que os mantinham unidos “pelos mesmos interesses”, se rompeu.

O problema é que a “crise de representatividade” foi reduzida na discussão pública a um mero problema de ineficiência da burocracia brasileira ou, no limite do discurso conservador, pelo “aparelhamento” promovido pelo PT que tomou o Estado para si. Isso significa que a oportunidade de uma discussão mais ampla e profunda sobre a “crise do Estado” em todos os seus aspectos, desde a crise fiscal até a crise de legitimação, foi se perdendo na medida em que as manifestações se ampliavam. Merval Pereira (*O Globo*), Reinado Azevedo (*Veja*) e Francisco Carlos Teixeira (UFRJ-*Globonews*), da altura de suas posições ideológicas divergentes, clamaram da mesma maneira por reformas políticas que rompessem com o sistema partidário vigente, isto é, “reforma política” -- o que no fundo é apenas uma demanda por uma polarização partidária ainda mais vazia como a que ocorre nos EUA. Assim, em nenhum momento, seja nas ruas, seja na imprensa ou na academia, a forma social do Estado enquanto tal foi colocada em xeque.

Isso produziu silogismos dos mais toscos possíveis, sem premissas ou mesmo vazios em seus juízos. A reprodução *ad infinitum* de que “falta de partidos é sinônimo de fascismo” revela o grau de sedimentação geológica de nossas instituições históricas: é como se a democracia burguesa com seu sistema de partidos fosse a forma mais acabada da natureza humana – tudo que ocorreu antes na história, isto é, sociedades

tribais, comunidades agrárias sem Estado, experiências autogestionárias etc. são apenas erros na longa trajetória de construção do Estado moderno! Isso significa também que tudo que possa vir a ser construído futuramente é, de imediato, “antidemocrático” ou “fascismo”. Fukuyama, de repente, tornou-se o teórico contemporâneo mais importante! O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, autor de diversas obras de teoria política, chegou ao absurdo de responsabilizar os anarquistas – que protagonizaram hostilidades aos partidos durante as manifestações – pela emergência do fascismo e pela Segunda Guerra Mundial!

Enquanto isso, perde-se a possibilidade de mediar a crítica da Copa do Mundo, das privatizações que continuam sendo realizadas mesmo no Governo dos Trabalhadores e do “aluguel do Brasil para a Fifa” com a crise do Estado e a crise de representatividade. A grande contribuição das manifestações, que foi canalizar a indignação “chapa-branca” contra a corrupção para a denúncia da parceria público-privada que envolve partidos, empreiteiras e organismos internacionais durante os megaeventos, ficou sem profundidade teórica e acabou mesmo repercutindo a fragmentação das palavras de ordem. Tudo isso com a grande contribuição de parte da nossa intelectualidade, que acabou de lançar um livro sobre os “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil”, desfigurando assim a continuidade óbvia entre as políticas econômicas dos tucanos e dos petistas.

Ora, falta de partido não é e nunca foi fascismo. Fascismo é exatamente a identificação completa entre um partido e o Estado. Enquanto os partidos, principalmente os de esquerda, se refugiam numa defesa de suas insígnias, a crítica principal ao “totalitarismo de mercado” (Robert Kurz) não é feita, ou seja, não é refletido criticamente o fato de que, apesar de todos esses partidos “representando” tudo que é tipo de grupo social, impera a identificação completa entre neoliberalismo e política de Estado. Vivemos uma era onde o neoliberalismo tem se “convertido numa espécie de norma universal a que todos os Estados mais recalcitrantes estão obrigados a enfrentar” .⁷

⁷ Harvey, David. “Las grietas de la ciudad capitalista” (entrevista). In: *Revista Archipiélago*, 2004. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1012-25082007000200006&script=sci_arttext.

“O amadurecimento da democracia é o maior legado”. (Valmir Pontes, *Diário do Nordeste*, 22 de junho de 2013).

Sucedâneo da defesa a-histórica e vazia do Estado burguês – ignorando sua crise fiscal e sua crise política –, é o elogio pedante (no sentido original do termo, que ostenta atributos que não possui) à democracia. No fundo – é o que se diz –, as manifestações só são possíveis porque o Estado democrático brasileiro atingiu uma maturidade e está de tal modo consolidado que é possível resistir às fricções das mobilizações de rua, inclusive nos seus aspectos mais radicais (leia-se vandalismo).

Ora, esse ponto de vista ignora que as manifestações só alcançaram o volume e intensidade, a ponto de obter adesão internacional (há registro de manifestações de brasileiros até em Bervelly Hills!), porque a violência da polícia foi “exagerada” na tentativa de acabar de uma vez com as primeiras mobilizações (e o que é a violência senão exagero?). Como os protestos manchariam o megaevento internacional em curso, os profissionais da imprensa sofreram também com a violência policial (se não há imagem da manifestação, não há manifestação), isso permitiu a adesão da mídia, que foi depois ampliada pelo medo diante da hostilidade demonstrada pelos manifestantes para com os repórteres dos grandes monopólios. O cúmulo de todo esse círculo de tensão e medo envolvendo manifestantes e imprensa foi que a *TV Globo* noticiou, no dia 29/06, em seus principais jornais, uma manifestação ocorrida em frente à sua sede, no Jardim Botânico, em que uma das reivindicações era a exatamente a “democratização da mídia”.

Conforme os atos, protestos e as manifestações multiplicavam e se avolumavam, a repressão policial também aumentou, mesmo com seus “excessos” fotografados, filmados e instantaneamente divulgados no *instagram* e *youtube*. Não se tratou, entretanto, de “desvio de conduta” por parte de um ou outro policial ou de uma tropa específica – conforme as notas pasteurizadas de “apuração dos responsáveis” divulgadas pelas secretarias de segurança. Na verdade, no Rio de Janeiro, na noite do dia 20/06, a ordem oficial das autoridades foi para que a polícia não “permitisse aglomerações no Centro”, suplantando um direito democrático básico que é o de reunião. Os policiais cumpriam ordens superiores de dispersar os grupos para que os

indivíduos fossem mais facilmente identificados.⁸ Entende-se, assim, por que no fim da noite e início da madrugada, balas de borrachas e bombas foram atiradas em bares e na recepção do Hospital Souza Aguiar – a ordem foi seguida à risca, sendo interpretada tão literalmente que sequer os bares e as filas dos hospitais eram permitidas! Até mesmo a “presunção da inocência” foi suprimida, conforme defendia um intelectual especialista em segurança pública, que disse que a polícia “não deve ter omissão nem excesso mas, na dúvida, é melhor conter a ação”.⁹ Por fim, manifestantes estavam sendo presos sob a acusação de “formação de quadrilha”, numa clara criminalização da mobilização social e reiterando antigos métodos da ditadura (desde quando um grupo em manifestação é uma “quadrilha”?).

O que ocorria nas ruas agora, afetando inclusive ao manifestante de classe média que até então ignorava o *modus operandi* policial, era a repetição, ainda que com menor letalidade, da mesma truculência e brutalidade empregada nas favelas e periferias contra pobres e negros.¹⁰ Depois das operações policiais na Favela da Maré, na semana seguinte, que começaram exatamente com a tentativa de coibir uma manifestação na Avenida Brasil, os policiais da “tropa de elite” da PM, tão aclamados há poucos anos como os verdadeiros heróis anônimos do Brasil, mostraram que a linha que separa a repressão aos pobres e à repressão de qualquer manifestação é tênue. Depois de vários moradores mortos, um protesto da comunidade começava com uma grande faixa que sintetizava tudo: “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”.

Acreditar, deste modo, na “maturidade democrática” é escárnio diante dos assassinados pela força estatal e da supressão dos direitos mais óbvios. O estado de exceção em que vivemos, permanente nas periferias e favelas do Brasil, alargou-se e foi sentido com toda a força dos cassetetes, as cores das fardas policiais e o cheiro dos gases lacrimogêneos, que segundo a classificação dos protocolos de guerra da ONU são “armas químicas”, mas aqui no Brasil são apenas de “efeito moral”.¹¹

⁸ <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-afirma-que-exercito-pode-ser-acionado-para-reforco-durante-protestos-8769319#ixzz2WtBYn1XY>.

⁹ Flagrantes de abusos na Internet, *O Dia*, 22 de junho de 2013.

¹⁰ “A repressão que scandalizou a classe média nas manifestações foi tão truculenta, embora menos letal, quanto a que suporta as populações pobres e majoritariamente negras do Brasil”. (Blank, Javier. *Quem é o povo brasileiro nas ruas?*, texto inédito fornecido pelo autor).

¹¹ http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22266.

TEXTO 3

UM NOVO DESPERTAR DA LUTA POLÍTICA (ou Sobre os Desafios da “Democracia Brasileira”)¹

Leandro Dias de Oliveira²

Resumo: Atualmente, ao se abrir o segundo caderno de qualquer jornalão encontra-se o que é culturalmente avançado e deve ser apreciado; do mesmo modo, visualiza-se nos cadernos temáticos específicos o que vestir, o que fazer e até o que comer [se um determinado jantar é recomendado por “especialistas”, não gostar do mesmo é não saber apreciar uma boa comida...]. A proposta aqui é esta: a partir das “Manifestações de Junho de 2013”, questionar a “classe média” e suas agendas, e a “mídia” e suas certezas falsamente absolutas.

Palavras-chave: Manifestações [Jornadas] de Junho; classe média; *mass media*.

Rio de Janeiro, Junho de 2013. *Tempo de manifestações.*

A discussão política está na pauta do dia de grande parte da população brasileira. Em tempos de Copa das Confederações, com a seleção nacional após longo hiato desempenhando um futebol envolvente, e a presença da Espanha – até então, pelo menos, a maior potência futebolística do planeta na atualidade – em solo brasileiro, causa verdadeiro espanto que o cidadão médio brasileiro – tratado como alienado pela “esquerda” e pela “direita” partidária do país – esteja discutindo *política*.

¹ Estas reflexões correspondem a um aprofundamento da versão inicial intitulada “*Um importante teste para a democracia brasileira*”, publicado no informativo institucional *Rural Semanal* [UFRRJ], na Edição Especial de Junho de 2013, dedicada ao tema das manifestações. Disponível em: http://issuu.com/ascom_ufrj/docs/rs_especial_julho_2013.

² Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisa Reestruturação Espacial Contemporânea, vinculado ao Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas [REC-LAGEPPE]. E-mail: leandrodias@ufrj.br. Coordenador do projeto « O processo de Reestruturação Territorial-Produtiva do Oeste Metropolitano Fluminense », com apoio da Faperj.

Acompanhando cautelosamente o noticiário, fica patente a miríade de temas em pauta nos pleitos dos ativistas: hospitais e escolas com “padrão Fifa” [jargão tornado comum nas manifestações], ou seja, produzidos e reformulados com o mesmo esmero dos suntuosos estádios-arenas de futebol para a copa; diminuição do preço das passagens urbanas; fim da corrupção – compreendendo a PEC 37, já defenestrada, como um atraso neste processo –, e por este motivo os protestos miram nos partidos políticos; combate à violência e à exploração sexualizada da mulher; a questão da homossexualidade, do aborto, da descriminalização das drogas, entre outros. Os assuntos supracitados são todos urgentes, e é extremamente importante que as ruas tenham recebido tantas pessoas com tais preocupações.

Este ensaio é uma breve reflexão sobre as “Manifestações de Junho”, que ocorreram praticamente em todo o território nacional. Parte-se aqui de um pressuposto, por si só passível de contestações: *as “Manifestações de Junho” se propuseram alargar o palco de luta política, uma vez que implicaram na adesão de agendas da chamada classe média.* A classe média é um esforço classificatório que implica em maleabilidade; esta concepção é marcada pela disputa não somente no campo teórico-acadêmico e político-econômico, mas traz os signos dos desejos de legitimação e de poder, do entendimento e percepção de mundo, e por que não, da arrogância por pequenos pontos de exclusividade – financeira, cultural, comportamental, *espacial*.

Uma indagação preliminar se faz pertinente: *esteve [está] em curso uma revolução política?* Algo que remeta ao “maio de 68” ou mesmo a uma “primavera brasileira” (em pleno inverno!)? As “Manifestações de Junho” não se trataram, evidentemente, de uma revolta anticapitalista, pois não se questionaram os cânones da propriedade privada ou mecanismos exploratórios classistas. Assim, antes de responder a esta questão preliminar (*porém* central), é possível indicar que este movimento trouxe consigo demandas da *classe média*, que nos últimos dez anos ganhou robustez estatística no território nacional.

Por uma Politização da Classe Média. Para além do espaço enquanto privilégio simbólico.

Classe média é algo de difícil definição. Muitos insistem nos estratos, como “média-alta”, “média-média” e “média-baixa”, sendo esta última uma espécie de segmento da classe menos abastada reescalonado através de valores monetários auferidos estatisticamente. Assim, em tese, a classe média é formada por trabalhadores com melhores ganhos salariais e, por conseguinte, com acesso a alguns bens materiais e imateriais diferenciados dos mais pobres. Ótimo, então, que esteja crescendo nos últimos anos! Mas a classe média não é somente a melhoria de vida dos trabalhadores, mas a sua ruptura enquanto entendimento de classe.

Marilena Chaui explica em trabalho recente³ que os trabalhadores que viveram sob o regime de produção keynesiano-fordista em solo europeu e colheram os benefícios do *welfare state* há cinquenta anos já possuíam os benefícios que atualmente a classe trabalhadora brasileira está conquistando. Mas, ainda assim, sob nenhuma hipótese, deixavam de se enxergar como trabalhadores; não rompiam com a noção de trabalho como exigência de classe ou com o protagonismo dos artífices do cotidiano produtivo.

Bastou assim uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora brasileira para que esta abandonasse sua perspectiva de classe-que-vive-do-trabalho⁴. A classe média atual exprime o “*assassinato simbólico do proletariado brasileiro*”, e abala o protagonismo da classe trabalhadora. O trabalhador-consumidor-cidadão não se vê

“Seja na questão da moradia ou na efemeridade dos seus passeios, um último refúgio ideológico da classe média é compreender, ainda que de maneira deliberadamente míope, que os locais em que vive e frequenta são pontos de certo elitismo”

³ CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil / Boitempo Editorial, 2013.

⁴ O termo aqui é utilizado na obra de Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho* [São Paulo: Boitempo Editorial, 1995]. O seu uso tem aqui um propósito provocativo: a *classe média*, à revelia da primeira impressão, vive do seu trabalho e não pode abdicar do mesmo para a manutenção de sua condição econômica.

com responsável pelo trabalho, *pois se enxergar como trabalhador é o pesadelo da classe média!* Afinal, o grande problema é que a classe média – talvez o melhor aqui fosse empregar « *nova classe média* », termo em voga e ainda mais malicioso politicamente – arroga para si certo elitismo perante os trabalhadores e sempre busca elementos para se diferenciar dos grupos menos abastados – nos últimos anos são cada vez mais voláteis, como o *consumo* de cultura supostamente diferenciada ou mesmo conhecimentos sobre vinhos, patês ou cafés.

Vale citar uma cantilena já transformada em *spam*:⁵ o problema é que o inglês se universalizou, pois os *trabalhadores* – *desterritorializados* forçadamente ou não – criaram o seu próprio “inglês”, e se tornaram capazes de se comunicar em praticamente todo o mundo; os estilos alimentares perderam exclusividade, e nada é mais canhestro que os esforços de certa aristocracia culinária de criar viagens experimentais no jantar, e saborear o alimento a partir de notas [vide o termo “*enochato*”, retrato fiel do espriamento do conhecimento básico sobre o *vinho* outrora exclusivo e ridiculamente transformado em moda nos últimos anos].

Da mesma forma, a fronteira instrucional do curso superior deixou de ser cada vez mais um obstáculo [os descaminhos de sua massificação é um debate a ser feito em ocasião posterior]. No que se refere ao consumo, as grifes que há pouco tempo eram compreendidas como sofisticadas não mais o são, e os *outlets* só permitem diferenciar as vestimentas para aqueles que conhecem profundamente as peças da estação. Com a internet, as músicas se universalizaram na rede, de maneira que muitos ritmos deixaram de significar um bom-gosto restrito; ou melhor, o que se depreende como bom-gosto musical não tem mais relação atávica com a condição de classe. Da mesma forma, as redes de televisão fechada não são mais exclusivas – seja por cabeamentos formais ou “informais” de propagação – aliás, *é possível criticar um cabeamento ilegal de qualquer rede fechada sendo refém da atual grade da televisão aberta? Neste aspecto, qual o maior crime?* –, e o próprio recrudescimento dos programas infantis

⁵ O *spam* consiste numa mensagem de correio eletrônico que, em tempos de difusão massiva de publicidade, correntes e informações, se tornou tão repetitiva que volta e meia recebemos o mesmo e-mail.

nas grandes emissoras de televisão aberta é fruto de um acesso cada vez mais universal a canais como o *Discovery Kids* e o *Cartoon Network*.

Vilipendiada pela dificuldade em se destacar por aquilo que é capaz de comprar, é sintomático ver emergir, em escala ainda mais apurada, uma “nova geografia da classe média”. A segregação não é mais somente entre ricos e pobres, Zona Norte e Zona Sul, praia e interior, centro e subúrbio: *a todo momento se arroga que até mesmo um fragmento de rua seja mais sofisticado que um outro pedaço*. Há uma hierarquia informal de condomínios, quando não uma hierarquia interna ao próprio condomínio. Destarte, nesta “microfísica do espaço”, *quais são os lugares de classe média? Quais os lugares frequentados pela classe média?* Seja na questão da moradia ou na efemeridade dos seus passeios, um último refúgio ideológico da classe média é compreender, ainda que de maneira deliberadamente míope, que os locais em que vive e frequenta são pontos de certo elitismo. *Há de fato territórios da classe média? Como se realiza esta suposta territorialização? Como podemos hierarquizar, entre tantos estratos, os lugares que são mais vinculados às curvas de nível internas ao que compreendemos como classe média?* É um debate que se coloca no tempo presente, até para que possa ser devidamente desmistificado.

A questão é então *ideológica*: a classe média não admite dividir seus ganhos com os trabalhadores, mas ao contrário, pretende se diferenciar cada vez mais. Espera-se, assim, que estas lutas tenham a capacidade de “politizar” a classe média, e que a influência dos ideais dos estudantes universitários e secundaristas oxigenem as perspectivas de vida para além do que o dinheiro pode comprar, e, ao menos nesta perspectiva, se possam exigir direitos e não privilégios em ordens históricas e espaciais. Não se trata de romper com o sectarismo, mas de colocar à prova as certezas absolutas daqueles que defendem com convicção uma realidade de pseudoprerrogativas, ou mesmo um “ativismo inerte”, em tempos de ONGs multifacetadas e de assistencialismo neoliberal – aquele que, por princípio, remete ao descarte do que não mais nos interessa.

As lutas sob o olhar da *mass-media* nacional. Os gigantes da mídia e suas causas.

De maneira geral, a *classe média* mantém um olhar conservador sobre os fatos. É uma anedota *à brasileira* a constante reclamação dos “aeroportos cheios” feita por aqueles que há uma década não possuíam condições financeiras de usufruir do transporte aéreo. Não são por outro motivo que as políticas compensatórias governamentais são alvos centrais de críticas por parte deste estrato de classe, que mantém distanciamento dos interesses dos mais pobres e se voltam a criticar mais a cobrança de impostos que o uso adequado do dinheiro público. A mudança da sociedade de consumo fordista, onde antes todos queriam ter tudo igual – nada melhor que usar o famoso *Ford T preto* como símbolo máximo do período –, para a classe média atual, onde o objetivo é sempre conquistar produtos melhores que os vizinhos, se reflete numa individuação falseada: com diferentes etiquetas, as roupas são cada vez mais parecidas; com diferentes aportes tecnológicos, os aparelhos celulares se assemelham profundamente, independentemente do seu valor de mercado. A individuação (ou o *individualismo* sob o farsesco modelo neoliberal), a rigor, é cada vez mais uma miragem. Não é por outro motivo que com tanta gente dando opinião sobre tudo, e com tantos especialistas preenchendo os jornais, a televisão e a internet e falando sobre todo e qualquer assunto, as opiniões são cada vez mais parecidas. Não é uma falsa impressão: *há uma congruência de temas, nomes, aportes teóricos e imagens em praticamente todos os meios de comunicação de grande circulação. Os jornalões* elegem os seus heróis, seus culpados, atacam seus inimigos políticos, norteiam as discussões cotidianas. Com simpatia ou tom grave, são os noticiários televisivos que sintetizam, sem qualquer debate, os fatos recentes. Na internet, protegidos em seus bunkers e com sua *pena* a serviço dos grupos que mantém seus blogs, “especialistas”, “resenhistas” e “articulistas” alimentam constantemente esta máquina de produzir fatos, notícias e leituras da realidade. O que causa “estranheza” é realmente o fato de que não adianta trocar de canal, ou redirecionar a leitura do maior jornal do Rio de Janeiro pelo maior de São Paulo, ou ainda substituir o articulista de uma revista semanal por outra: não há qualquer diferença circunstancial na análise dos fatos.

Durante estas manifestações, duas das maiores revistas semanais de circulação nacional apresentaram capas praticamente iguais, em tons de “exaltação à pátria”, e cravaram em suas páginas as suas “certezas” perante os fatos em curso.⁶ No noticiário dominical da principal emissora do país, os manifestos se transformaram de puro vandalismo em exaltação nacional, impingidos de um verde-amarelo incontido deste país supostamente adormecido. Entre tantas faixas, protestos, questionamentos, discussões, a imprensa escolheu o *slogan*: “o gigante acordou”! Gigantes assustam, e não sabemos se esta referência exaltada na mídia é simplesmente o “povo brasileiro”. Aqui sim um ponto nevrálgico: *as redes sociais encurralaram a grande mídia*. Que venham além das desculpas de seus articulistas o fim do cartel brasileiro da *mass-media*, uma vez que monopólios são considerados nefastos em todos os outros segmentos empresariais. Que os conglomerados da mídia deixem de ser gigantes!

Um importante teste para a democracia brasileira. Quais serão as próximas avaliações?

Estamos diante de um importante teste para a *democracia brasileira* ainda embrionária. Para os grupos de oposição alinhados a um ideal conservador, é a chance de se mostrarem tolerantes às demandas populares, de compreender que o diálogo é enriquecedor, e que as manifestações não são patologias, mas que correspondem a um resultado concreto de, entre tantos fatores, da evolução das redes técnico-comunicacionais e do próprio desenvolvimento instrucional da população. Para os nossos governantes, também é a oportunidade de abrir frentes de diálogo com a sociedade, expandindo suas ações para além dos técnicos de ocasião e políticos profissionais encastelados em seus ministérios, assessorias e secretarias. Aos primeiros, passar no teste significa provar que são capazes de superar o que enxergam

⁶ Foi no mínimo ridículo se deparar, em meio à miríade de incertezas das “Jornadas de Junho”, com as duas capas das “Edições Históricas” de *Veja* (“Os setes dias que abalaram o Brasil”, com um manifestante ostentando a bandeira brasileira) e de *Época* (“Pátria Amada, Brasil”, com o pavilhão nacional apresentando rasgos em destaque), ambas de 20 de junho de 2013. As revistas cravaram sem titubear: o *leitmotiv* das manifestações era o questionamento do Governo Federal, e estas implicavam em uma retomada nacionalista da população brasileira.

como *ordem*, palavra que remete a tempos de ditadura e controle de mentes e corpos. Aos últimos, ser aprovado neste exame é aprender verdadeiramente a ouvir as vozes da rua que clamam por mudanças, e não silenciá-las; a não tratar a população como alienada; e principalmente, a governar a federação, os estados e as prefeituras sem se preocupar somente com a eleição seguinte. Mandato político não é somente *marketing* eleitoral nas entranhas do Estado.

Assim, as manifestações como estas vividas no território do Brasil inserem o país na rota da democracia ocidental. O movimento se articula como apartidário, o que é bom para o debate, mas muito ruim no cômputo geral, porque uma sociedade sem partidos não é bem-vinda. O modelo de *eleições* no Brasil faliu, e é assim que deve ser entendido o grito das ruas. É hora de se pensar uma verdadeira reforma política que rompa com o axioma de que “*sempre quem possui mais verba de campanha acaba se elegendo*”. O jogo democrático é método, e não fim em si mesmo.

A luta pelas “Diretas Já” foram fundamentais pela reconstrução da democracia brasileira. Está em curso um novo despertar da luta política: pela consolidação do modelo democrático, pelo rompimento de uma democracia distante dos trabalhadores e pela aproximação entre política e luta: não são e não devem ser antagônicos! Sejam todos bem-vindos ao debate. A grande vitória das manifestações tem sido justamente este novo despertar da política. E que lembremos o filósofo francês Jacques Rancière: *política é a arte do desentendimento*.

[Rio de Janeiro, “inverno” de 2013]

Post-Scriptum

Este artigo carrega consigo as impressões, imprecisões e incertezas de um importante momento político da história recente do Brasil. A ínfima esperança que havia evidentemente não se concretizou: a classe média não se “*politizou*”, e atualmente, ainda que por vezes com desfaçatez, critica os rumos das manifestações em curso. Não obstante, os acontecimentos subsequentes, bem como as mudanças no modelo de

manifestações, nos seus desdobramentos e nas leituras da mídia, da academia e da própria população geral, só corroboram que as “certezas” alentadas nas “Jornadas de Junho” são sempre asseveradas por aqueles cuja realidade, *por mais que se rebele*, pode ser explicada sempre do mesmo modo, sob os mesmos auspícios e teorias. *Deixemos aqui um elogio à dúvida, à capacidade de promover um novo olhar para com os fatos, e à única certeza: de que não existe história pré-fabricada.*